


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1002965-26.2016.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Obrigações**
 Requerente: Ana Maria Bezerra Pedroso Monteiro

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

A requerente informa que juntamente com seu genitor JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA PEDROSO outorgou, em 12/11/2009, escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por sua genitora Iza Bezerra de Oliveira Pedroso (falecida em 14/06/2009 – doc. fl. 08), no Cartório do 1º Tabelionato de Notas e de Protesto de Letras e Títulos desta comarca de São Carlos/SP, conforme livro 0856, fls. 111/129 (fls. 10/49 destes autos). Não foi possível o registro dessa escritura, tendo o CRI local devolvido referido título conforme nota de fl. 08, destacando a necessidade de se retificar a escritura. Acontece que seu genitor JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA PEDROSO faleceu em 25/02/2014. Pede alvará para representar o Espólio de seu genitor perante o 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos desta comarca, na retificação da referida escritura. Mandato a fl. 03, documentos diversos às fls. 04/49.

É o relatório. Fundamento e decido.

Na "nota de devolução" de fl. 08 constou que o título deixou de ser registrado para o atendimento ao princípio da especialidade objetiva, havendo necessidade de se retificar a escritura supra mencionada em relação aos imóveis descritos nos itens 3.14.1 e 3.15.1, respectivamente de acordo com as matrículas nºs 147.854 e 147.855 (§ 2º, art. 225, da Lei Federal 6.015/73) do CRI local.

João Luiz de Oliveira Pedroso, genitor da requerente, faleceu em 25/02/2014. Era viúvo de Iza Bezerra de Oliveira Pedroso e deixou apenas a filha-requerente, o que revela a legitimidade desta para formular o pedido desta autos.

O pedido formulado na inicial deste procedimento de jurisdição voluntária objetiva retificar dados indicados na nota de devolução elaborada logo depois do ingresso do título para fins


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

de registro. O falecido participou pessoalmente como parte da escritura pública que agora se pretende as retificações visando à eliminação de incertezas e garantir o seu ingresso e registro no fôlio real. Como se vê, as providências são úteis e necessárias e as providências reclamadas na inicial satisfazem aos requisitos da conveniência e oportunidade, inexistindo óbice ao seu deferimento.

DEFIRO o pedido inicial. Concedo alvará em nome do Espólio de João Luiz de Oliveira Pedroso (RG 582.488-6-SSP/SP, CPF: 016.155.058-49) a ser representado pela requerente ANA MARIA BEZERRA PEDROSO MONTEIRO (*brasileira, casada, engenheira agrônoma, RG 16.446.759-2-SSP/SP, CPF 089.759.008-27, residente e domiciliada nesta cidade de São Carlos/SP, na Av. Filomena Rispoli, nº 190, Santa Marta, CEP: 13564-200*), para **RERRATIFICAR** a "escritura pública de inventário e partilha" dos bens deixados por Iza Bezerra de Oliveira Pedroso – CPF 042.664.558-87, lavrada em 12/11/2009, no livro 0856, fls. 111/129 do Cartório do 1º Tabelionato de Notas e de Protesto de Letras e Títulos desta comarca de São Carlos/SP, compreendendo a autorização judicial os poderes para a participação ativa como parte na referida escritura, de modo a observar as exigências do princípio registrário objetivo sinalizado na nota de devolução, assinando a escritura de rerratificação e todos os atos paralelos indispensáveis a assegurar a validade e eficácia do ato originário e complementar. Prazo de validade do alvará: um ano. Concedo à requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). **Esta sentença valerá como instrumento de ALVARÁ** para os fins aqui expressos, competindo ao advogado da requerente materializar esta sentença/alvará imediatamente para lhe dar pleno atendimento.

P.R.I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 02 de março de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA